

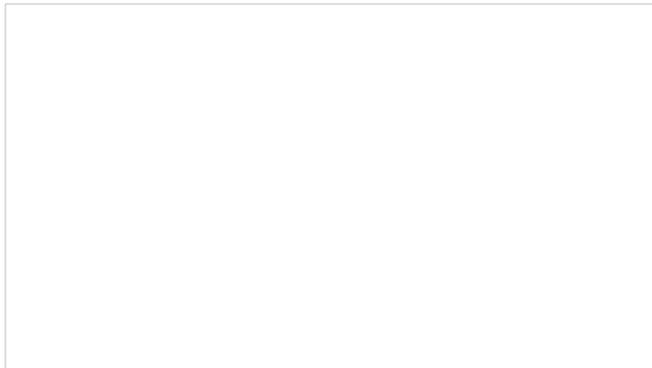
Receita Estadual de Minas Gerais e órgãos federais deflagram operação contra produção e comercialização ilegal de cigarros

Ter 26 agosto

A Receita Estadual de Minas Gerais, da [Secretaria de Estado de Fazenda \(SEF-MG\)](#), e a Polícia Federal, em trabalho conjunto com a Receita Federal e o Ministério Público Federal, deflagraram nesta terça-feira (26/8), a operação Sinal de Fumaça II, para apurar a produção, distribuição e comercialização de cigarros clandestinos ou sem regularidade fiscal, que movimentou cerca de R\$ 50 milhões.

Foram expedidos para cumprimento 23 mandados de busca e apreensão em quatro estados (MG, RJ, ES e SP), além de dois mandados de prisão, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro.

Em Minas Gerais, são seis mandados de busca e apreensão em Belo Horizonte e dois em Uberaba, e os alvos incluem depósitos, escritórios e residências dos suspeitos de envolvimento no esquema. O mandado de prisão é contra um suspeito residente em Belo Horizonte.



SEF-MG / Divulgação

Investigação

O trabalho de investigação contou com a atuação decisiva de 20 auditores fiscais da Receita Estadual de Minas Gerais, incluindo especialistas em duplicação forense de arquivos digitais.

Os profissionais foram essenciais para a coleta e preservação de provas em meios eletrônicos, o que contribuiu para a qualificação e análise das operações irregulares, permitindo rastrear movimentações financeiras e identificar mecanismos de sonegação e lavagem de capitais.

Segundo os levantamentos, a organização criminosa estruturou uma rede complexa e articulada, com membros estrategicamente posicionados para garantir a continuidade das fraudes e ocultar a origem dos recursos ilícitos.

A atuação integrada dos órgãos de fiscalização permitiu reunir elementos robustos que fundamentam as acusações de sonegação fiscal, organização criminosa, corrupção ativa e lavagem de dinheiro.

Além dos auditores fiscais estaduais, integraram a operação 13 auditores e analistas tributários da Receita Federal e 69 policiais federais. A ação coordenada demonstra a importância da integração

institucional no combate ao crime tributário e à criminalidade organizada.

A participação da Receita Estadual de Minas Gerais reforça sua relevância estratégica no enfrentamento à sonegação fiscal, assegurando a defesa do erário público, a preservação da concorrência leal e a proteção da sociedade contra práticas ilícitas de grande impacto econômico.